

# CONTRIBUIÇÕES DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE TABACO DE JUJUY – ARGENTINA – PARA O VALE DO RIO PARDO-RS

## *CONTRIBUTIONS OF PRODUCTION DIVERSIFICATION OF JUJUY AGROINDUSTRIAL TOBACCO COOPERATIVE – ARGENTINA – FOR VALE DO RIO PARDO-RS*

Cláudia Luciani Baierle<sup>1</sup>  
Cidonea Machado Deponti<sup>1</sup>  
Silvio Cezar Arend<sup>1</sup>

Recebido em: 28/08/2015  
Aceito em: 01/12/2015

[silvio@unisc.br](mailto:silvio@unisc.br)

**Resumo:** O Vale do Rio Pardo (VRP) depende economicamente da cultura do tabaco, tema sempre presente na discussão da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Com esta preocupação, o presente estudo avaliou a experiência da Cooperativa de Tabacos de Jujuy (CTJ) (Argentina), que se diversificou com a plantação, beneficiamento e exportação de vários tipos de feijão. Concluiu-se que o cooperativismo agroindustrial é um importante instrumento para promover o desenvolvimento sustentável. Ficou evidenciado que a cooperativa traz muitos benefícios para seus cooperados, com destaque às áreas econômica e social. As contribuições da CTJ seriam relativas à geração de emprego e renda, à diversificação produtiva, à transparência na gestão da cooperativa e, principalmente, ao processo de cooperação entre os produtores.

**Palavras-chave:** Cooperativismo Agroindustrial. Agroindústria. Cadeia Produtiva de Tabaco. Diversificação Produtiva.

**Abstract:** The Rio Pardo Valley region (VRP) economically depends on tobacco production, ever-present theme in the discussion of the Framework Convention on Tobacco Control. With this in mind, the present study evaluated the experience of Cooperativa de Tabacos de Jujuy (CTJ) (Argentina), which has diversified with the planting, processing and exporting various kinds of beans. It was concluded that the agroindustrial cooperative is an important tool to promote sustainable development. It was evident that the cooperative brings many benefits to its members, especially the economic and social areas. The contributions of CTJ would be related to the generation of employment and income, productive diversification, transparency in the cooperative management and especially the process of cooperation between producers.

**Keywords:** Cooperative Agribusiness. Agribusiness. Tobacco Supply Chain. Diversification Of Production.

<sup>1</sup> Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

O tabaco<sup>2</sup> é uma cultura agrícola típica de estruturas fundiárias de pequenas propriedades, com emprego intensivo de mão de obra. A cultura do tabaco já estava presente na agricultura colonial, mas até o início do século XX era pouco expressiva do ponto de vista das áreas plantadas e dos volumes de produção. No entanto, após as duas primeiras décadas do século XX, o tabaco passou a fazer parte da pauta de exportações do estado do Rio Grande do Sul. No início, a concentração foi na região do Vale do Rio Pardo, expandindo-se para o centro e norte do estado, mas essencialmente no centro e sul do Rio Grande do Sul, em municípios como Dom Feliciano, Camaquã, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre e Canguçu.

O tabaco, desde seu início até os dias de hoje, é uma das culturas agrícolas mais importantes pela geração de impostos na cadeia produtiva à jusante e pelo número de famílias de pequenos agricultores envolvidos no processo. Além disso, também pode-se destacar o número de agentes envolvidos na cadeia produtiva e na distribuição de produtos oriundos do tabaco.

A região do Vale do Rio Pardo (VRP) congrega 23 municípios localizados na região centro-oriental do Rio Grande do Sul, tendo destaque no Sul do Brasil pela cultura do tabaco, realizada em propriedades com características familiares cujo sistema produtivo remodelou-se com a vinda dos imigrantes germânicos no século XIX.

Pode-se afirmar que o acúmulo de capital dessa região está relacionado com o crescimento do setor do tabaco. No início da década de 1990 esse setor respondia por 64% do Produto Interno Bruto regional (SPIES, 1997) e cerca de 58,78% do valor da produção para a lavoura de tabaco, enquanto no Rio Grande do Sul representava 10,36% (BASSAN e SIEDENBERG, 2003). Estes percentuais confirmam o grau de dependência do VRP ao tabaco e, principalmente, dos três municípios mais industrializados – Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz –, que tem os maiores PIB per capita no VRP (IBGE, 2014).

A evolução da região de Santa Cruz do Sul foi marcada pela chegada de várias empresas transnacionais do setor fumageiro no século XX e por condições favoráveis à cultura do tabaco, tais como: 1) estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades; 2) mão de obra disponível e habituada ao trabalho com o tabaco; 3) condições básicas de produção e de comércio.

O Brasil tornou-se desde 2005 o segundo maior produtor mundial de tabaco e vem mantendo sua posição como maior exportador mundial, conforme vê-se na tabela 1 a seguir. Este crescimento da produção e da exportação do tabaco brasileiro podem ser diretamente atribuídos a um conjunto de fatores, em que se destacam:

- (i) os custos de produção comparativamente baixos;
- (ii) o sistema de produção integrada, envolvendo contratos firmados diretamente entre agricultores e indústrias; e
- (iii) a qualidade do fumo Virgínia produzido no Brasil (VARGAS e CAMPOS, 2005, p. 2).

---

<sup>2</sup> A palavra "tabaco" em sua etimologia originou-se do termo taino tabaco, que designava o tubo em forma de "y" com que estes índios fumavam a erva. O seu nome científico, *Nicotiana*, foi dado em homenagem ao embaixador francês em Portugal, Jean Nicot, o introdutor da planta na França (SOUZA CRUZ, 2012).

**Tabela 1 – Ranking mundial de exportação e produção – Safra 2012/2013**

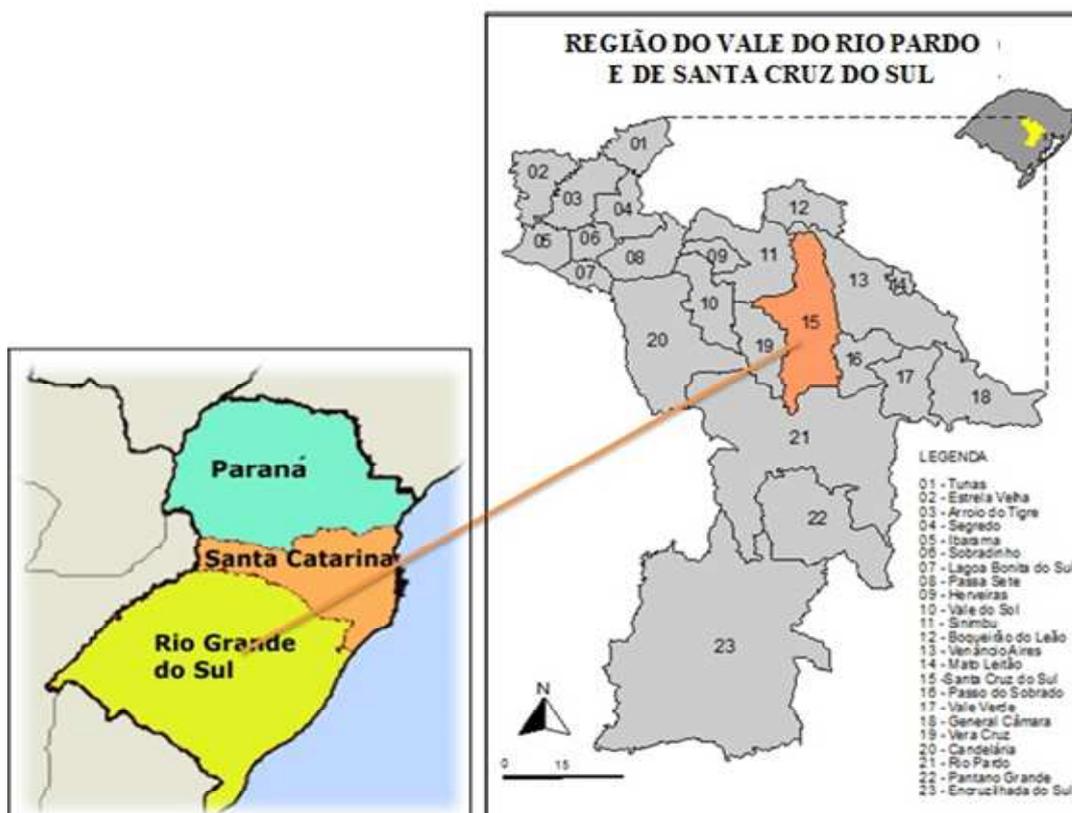
Exportação	Produção
1º) Brasil	1º) China
2º) Índia	2º) Brasil
3º) Estados Unidos da América	3º) Índia
4º) Zimbábue	4º) Estados Unidos da América

Fonte: Afubra/ITGA (toneladas) - Safra 2012/2013

A região do VRP, representada na figura 1, alcançou boa parte de seu desenvolvimento em termos econômicos em decorrência do tabaco. No entanto, tal escolha gerou dependência e trouxe questões socioeconômicas de difícil solução na perspectiva de sustentabilidade regional. Algumas tentativas estão sendo ou foram levadas a efeito objetivando reduzir esta dependência, mas com resultados ainda incipientes. O VRP ainda não encontrou soluções efetivas, concretas e sustentáveis para se desenvolver sem o tabaco, para além do ciclo do tabaco e/ou em paralelo ao ciclo do tabaco.

Há iniciativas nesse sentido, porém com foco apenas na produção agrícola, etapa da cadeia produtiva que, embora concentre os maiores recursos de produção, não necessariamente responde pela maior margem de geração de renda na cadeia. As etapas de beneficiamento de tabaco e de manufatura do cigarro são as que detêm a maior fatia das margens auferidas pela cadeia produtiva como um todo.

Figura 1 – Localização do RS e do VRP



Fonte: elaborada pelos autores a partir de FEE (2012)

Entende-se que as alternativas para o desenvolvimento da região do VRP não virão de ações isoladas do Estado, município e sindicatos – e, muito menos, das empresas transnacionais. Ao contrário, essas não têm interesse em trazer alternativas inovadoras para a região, porque o atual modelo produtivo continua gerando lucros e benefícios às mesmas. A solução deverá partir das entidades que apoiam a agricultura familiar, das universidades e dos atores locais comprometidos com a mudança. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições que a Cooperativa de Tabacos Jujuy (CTJ) da Argentina poderia trazer para o Vale do Rio Pardo no tocante à diversificação produtiva.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa qualitativa, estudo de caso e análise descritiva analítica. As entrevistas com os produtores cooperados à CTJ foram realizadas através do envio do questionário por meio eletrônico para um gestor da cooperativa, que aplicou as entrevistas e as retornou por meio postal. Os questionários foram encaminhados para 30 famílias de produtores cooperados, sendo que retornaram 15 questionários no total. Deste total, 5 são de grandes produtores, 5 de médios produtores e 5 de pequenos produtores. Além disso, cada questionário foi respondido por, no mínimo, três pessoas do grupo familiar, totalizando 45 pessoas envolvidas no processo. Também foram realizadas duas entrevistas e observações com questões abertas com gestores da cooperativa.

Para a realização do estudo proposto também se utilizou de pesquisa bibliográfico-documental, de fontes como órgãos do governo da Argentina como Fundación de Desarrollo Social del Sector Tabacalero - FUDESTA, Dirección Nacional de Desarrollo Regional, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca – MAGyP, Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, Cámara del Tabaco de Jujuy e pesquisa documental (Memórias e Balanços Anuais, manuais técnicos e de gestão da Cooperativa de Tabacos Jujuy). Também foram utilizados folders e relatórios gerenciais disponibilizados pela cooperativa, publicações em mídia escrita e eletrônica, artigos.

Na próxima seção apresenta-se a abordagem teórica dos meios de vida de Frank Ellis, buscando trazer elementos teóricos para a compreensão da realidade dos produtores de tabaco cooperativados de Jujuy.

## 2 A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

Ellis (2000, p. 3) define a “*rural livelihood diversification as the process by which rural households construct an increasingly diverse portfolio of activities and assets in order to survive and to improve their standard of living*”<sup>3</sup>. O processo de diversificação nas áreas rurais representa uma possibilidade viável para reduzir a pobreza ou a fragilidade em que se encontram as populações, em ambientes apontados por uma crescente repressão, vulnerabilidade e condicionantes opostos à diversificação. A diversificação é entendida tanto como um artifício de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, quanto uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca antecipada por alternativas ou novos investimentos.

---

<sup>3</sup> Tradução nossa da citação: “diversificação dos meios de vida rurais como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um crescente diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviverem e melhorarem o seu padrão de vida”.

Segundo Ellis (2000), os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos<sup>4</sup> ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, de acesso ao crédito e a outros ativos. Por sua vez, os efeitos da diversificação se apresentam ou se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirrendimentos), de tal forma que podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos.

Neste sentido, Ellis (2000) recomenda que a diversificação dos meios de vida poderá oferecer uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis. O primeiro, através da distribuição de renda, já que existe uma relação positiva entre ultrapassar o nível de pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes de receitas. O segundo, através do crescimento da produtividade rural em que a diversificação na essência das unidades de produção pode ocorrer através de entrada de rendas não agrícolas, como turismo rural, artesanato, etc., que aliviam o custeio das atividades agrícolas. Terceiro, através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres super explorarem o solo agrícola por meio de práticas extrativas para garantir sua sobrevivência. Quarto, através das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação. Quinto, por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos, em relação ao acesso ao mercado e à variação constante de preços.

Desta forma, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode significar um instrumento para entender o grau de vulnerabilidade ou mesmo de exposição a riscos de agricultores ou de famílias rurais. Possivelmente, pode se considerar que aqueles agricultores que permanecerem em uma situação de dependência em relação a um repertório limitado de fontes de renda e tipos de atividades estão mais frágeis e, portanto, estão em situação de pouco desenvolvimento. Desta forma, tanto a insuficiência de autonomia como o perigo que sofrem por estar expostos a fatores imprevisíveis (ambiente, doenças, comércio, valores etc.) constituem-se em ameaças à realização de sua liberdade de opção e conservação do domínio sobre os meios que lhes permitem exercer esta condição. A julgar pelas bases teóricas da teoria das capacitações, esta situação de vulnerabilidade e risco seria antagônica ao desenvolvimento (ELLIS, 2000).

Deve-se considerar também que qualquer decisão de diversificação precisa estar inserida em programas ou projetos contínuos de desenvolvimento rural, em particular em regiões e municípios que têm elevada dependência da produção de uma cultura em particular. Experiências de diversificação tem demonstrado que há necessidade de identificação e de planejamento de novas vias de distribuição, maior segurança e estabilidade de produção e de comercialização, de inserção no mercado no caso de novas culturas produzidas, de preconização da reprodução da família, das condições de saúde e do bem estar, além de estudo sobre agregação de valor, entre outras variáveis (VARGAS e OLIVEIRA, 2012).

---

<sup>4</sup> *Edafoclimático*: referente às condições de solo e clima, relevo, litologia, temperatura, humidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluvial. As condições edafoclimáticas são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas.

Os autores supra referidos ainda destacam que as sugestões precisam levar em conta vários fatores da unidade familiar, bem como sua inserção na sociedade e na região. A promoção de projetos e de políticas que viabilizem a diversificação precisa estar vinculada a dinâmicas que repensem os processos de desenvolvimento dos territórios em que a produção de tabaco está enraizada.

### **3 A PRODUÇÃO DO TABACO NO VALE DO RIO PARDO (VRP)**

A compreensão do processo de desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo (VRP) pressupõe conhecimento sobre o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco. Esta cadeia inicia-se por meio de pequenos agricultores de base familiar que produzem o tabaco *in natura* e o vendem para as empresas de beneficiamento, que, por sua vez, comercializam o produto beneficiado para manufaturas de cigarro espalhadas por todo o mundo. Essas, por sua vez, produzem e comercializam os derivados do tabaco (cigarros, charutos, etc.) para uma rede de distribuidores e varejistas, que fazem os produtos chegar até o consumidor final.

O fluxo econômico da cadeia remunera os pequenos agricultores do VRP com base no preço pago pelo quilograma de tabaco *in natura*. As empresas de beneficiamento remuneram seus trabalhadores permanentes e temporários (safristas) por meio dos salários pagos. Além disso, cada transação neste fluxo – comercialização entre produtores e fumageiras e comercialização entre fumageiras e cigarreiras – gera elevada arrecadação de impostos nos âmbitos municipal, estadual e federal, por se tratar de um dos produtos com maior carga tributária na economia brasileira. A aquisição de insumos para o processo de produção agrícola e beneficiamento, bem como toda a logística envolvida no processo, do transporte de insumos até os serviços portuários, também gera várias relações comerciais e trabalhistas, multiplicando o montante de tributos e salários pagos e oportunizando receitas para pequenos e médios negócios de base local (transportadoras, prestadoras de serviços, metalúrgicas de peças de reposição, dentre outras).

Pode-se dizer que, atualmente, os benefícios econômicos para o VRP a partir da cadeia do tabaco estão concentrados nas operações acima, uma vez que a manufatura do cigarro e derivados em grande escala concentra-se fora da região, em regiões estratégicas do Brasil, por necessidade da logística de distribuição dos produtos. Embora no passado a manufatura do cigarro também possuísse boa presença local, atualmente esta etapa da cadeia é pouco significativa, pois muitos dos grandes grupos cigarreiros nacionais e transnacionais deixaram de atuar de forma verticalizada na região.

A produção do tabaco e a relação das empresas com os produtores é organizada a partir do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), considerado como um diferencial da fumicultura no Brasil. Baseado num processo de contratação de produtores rurais, gestão de crédito agrícola, serviços de assistência técnica periódica e compra garantida do produto, o modelo também assegura a produção do volume e da qualidade requeridos pelo mercado, minimizando custos de produção e de comercialização para as empresas. Da mesma forma, o beneficiamento tende a permanecer capitaneado por grandes grupos transnacionais. Este sistema de produção agrícola e beneficiamento

gera a dependência da mão de obra rural e, em boa parte, da mão de obra urbana, para com as empresas, que detém as informações relevantes sobre a demanda de mercado.

Apesar das dificuldades cambiais enfrentadas pelo setor nos últimos anos, essa estrutura, com alguns ajustes já em curso pelos gestores da cadeia, possibilita uma expectativa de que o mesmo ainda se mostrará rentável (para as empresas) por um bom tempo. Este modelo, somado a amarrações políticas nas esferas municipal, estadual e federal, dada a força dos grandes grupos estrangeiros do setor, cria um cenário de difícil abalo. Não fosse assim, talvez as principais transnacionais já tivessem desistido do Brasil.

A estrutura do setor mostra que a base da cadeia produtiva do tabaco está no SIPT. Segundo o SindiTabaco (2011), só o Rio Grande do Sul concentra 95.000 produtores rurais, envolvendo 377.000 mil pessoas no meio rural. Sabe-se que, desse total, a maioria está no VRP, constituindo-se em uma mão de obra essencialmente familiar. Percebe-se assim o poder que o sistema integrado mantém sobre essa massa de trabalhadores rurais. Obviamente que o pequeno produtor rural, dependente de um único cliente que, inclusive, financiou sua produção, vê restritas as suas chances de uma melhor barganha para o seu produto. Se o modelo ainda se mantém como rentável para as fumageiras, possivelmente para o produtor esta rentabilidade é inexistente.

O SIPT foi criado em 1918 pela empresa Souza Cruz (SOUZA CRUZ, 2012), como um novo modelo de plantio. Este sistema de governança praticado pelas empresas de tabaco, que completaram 100 anos de atuação no Brasil em 2009, vem sendo criticado por dominar todos os elos da cadeia produtiva. A relação inicia-se quando o orientador técnico vai até a propriedade e entrega os contratos de compromisso de venda e de financiamento, entrega os agroquímicos, sementes, adubo químico e custeia o transporte de produção desde a propriedade dos agricultores até as empresas.

No que se refere ao financiamento, são as empresas que avalizam o valor a financiar junto às instituições financeiras. As empresas assumem o compromisso de comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores, prestar assistência técnica e fornecer os insumos, porém, o preço do tabaco é definido pela indústria, tendo como base as exigências externas dos compradores e o momento do mercado (dólar, câmbio, estoques internacionais, interferência climática, etc.).

O momento mais tenso é o da classificação do tabaco, pois a mesma é realizada novamente nas instalações da empresa fumageira. É no momento em que o tabaco deixa a porteira da propriedade que os conflitos começam, pois o contrato estipula a área a ser plantada – expectativa de produção – mas não revela o preço de venda.

Os contratos formais abarcam questões como o uso de agroquímicos e as questões ambientais. Ao adequar-se a pequenas propriedades, a produção de tabaco também exige uma mão de obra intensiva e acompanhamento constante, o que mobiliza discussões sobre o trabalho infantil também nas relações contratuais do Sistema. Por isto, a indústria cria um mecanismo de controle, realizado pelo orientador técnico, que verifica a presença da criança na escola.

Entretanto, o SIPT viabiliza a inserção dos agricultores no mercado e garante a compra da safra, ao mesmo tempo em que exige um comportamento novo do agricultor frente às novas

demandas da sociedade civil. Dessa forma, isso representa segurança aos agricultores, mas também confronta contratos formais e relacionais, no momento em que os costumes e as tradições passam a ser questionadas e redirecionadas através de contratos. Ao mesmo tempo, o Sistema firma as relações a partir dos contratos formais assinados pelos fumicultores na adesão do SIPT. O contrato formal passa a ser o instrumento de controle com o objetivo de mitigar ou enfrentar possíveis comportamentos oportunistas e reporta os atores a uma situação de não negociação perante as empresas (RUDNICKI, 2012).

O destaque dessa região é percebido no volume de produção gerado e na ocupação das famílias com a lavoura de fumo. No VRP foram colhidas, na safra 2012/13, 156.183 toneladas do produto, 21,91% da produção total do Sul do Brasil. A Região Sul do Brasil concentra mais de 97% da produção do tabaco brasileiro, com mais de 710 mil toneladas produzidas na safra 2012/13 (AFUBRA, 2014).

Pode-se verificar na tabela 02 que, dos dez municípios maiores produtores de tabaco na Região Sul, quatro são do Vale do Rio Pardo (VRP). O município de Venâncio Aires ocupa a liderança do ranking, em seguida, Santa Cruz do Sul, Candelária e Vale do Sol aparecem entre os maiores produtores do Sul do Brasil.

**Tabela 02 – Maiores produtores de tabaco da Região Sul – Safra 2011/2012**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Produção (toneladas)</b>	<b>Número de produtores</b>
1º.	Venâncio Aires	24.127	4.988
2º.	Canguçu	18.735	4.870
3º.	São Lourenço do Sul	18.343	4.098
4º.	Santa Cruz do Sul	16.726	4.220
5º.	Canoinhas	14.868	2.577
6º.	Candelária	14.488	3.542
7º.	Vale do Sol	14.175	3.020
8º.	Camaquã	13.459	2.598
9º.	Itaiópolis	12.397	2.209
10º.	Rio Azul	11.962	2.472
<b>TOTAL</b>		<b>159.280</b>	<b>34.594</b>

Fonte: Afubra, 2012.

Na zona Sul do RS destacam-se os municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul e Camaquã, enquanto que Canoinhas e Itaiópolis localizam-se no estado de Santa Catarina e Rio Azul é o município paranaense de maior produção de tabaco.

### 3.1 A Diversificação dos Fumicultores no Vale do Rio Pardo

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi criado em 2005, quando o Brasil aprovou a Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT), primeiro tratado internacional de saúde pública. O tratado foi assinado por 174 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). A convenção orienta a implantação pelos países signatários de políticas públicas que apoiem o combate ao tabagismo, considerado pela OMS uma epidemia mundial não transmissível.

O início do programa foi uma ação em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Saúde (MS), da Casa Civil, das Relações Institucionais e da Fazenda. A Secretaria da Agricultura Familiar do MDA é a responsável pela coordenação, num esforço de vincular suas políticas para a agricultura familiar para auxiliar o processo de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco, para atender aos artigos 17 e 18 da CQCT/OMS.

Desde a sua criação, o MDA coordena o programa e oferece vários tipos de apoio a 187 mil famílias de agricultores familiares fumicultores que, segundo o Diagnóstico Socioeconômico da Propriedade Fumicultora Sul-Brasileira 2010/2011, publicado pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), ocupam, em todo o País, 140 mil propriedades, das quais 80% têm até 20 hectares. Segundo a coordenação do programa no MDA, o Programa Nacional de Diversificação em áreas de Cultivo de Tabaco proporciona capacitação para o cultivo orgânico de frutas, legumes, verduras e criação de gado leiteiro para parte dos 2,3 milhões de hectares do território nacional.

Observa-se nas mídias locais (jornais, sites das fumageiras, *outdoors*, *folders*, etc.) um amplo esforço de divulgação aos produtores e à comunidade do tema “diversificação com alternativa ao tabaco”, mas poucas ações concretas de “como” fazer esta diversificação de modo estruturado, equilibrado e fundamentado. Já passou uma década da promulgação da Convenção Quadro e pouco foi realizado junto aos produtores do VRP para que assumam uma proposta de diversificação produtiva de forma gradativa.

A própria Souza Cruz, uma das maiores fumageiras de Santa Cruz do Sul, RS, em parceria com as Secretarias Estaduais de Agricultura de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e entidades estaduais de pesquisa e de extensão rural, “estimula e orienta seus produtores” para o plantio de grãos após a colheita do fumo, cujo objetivo, segundo ela, seria diversificar as culturas, proteger o solo, aproveitar a adubação residual do fumo e aumentar a renda das pequenas propriedades rurais.

Segundo o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Sr. Benício Albano Werner<sup>5</sup>, já havia barreiras à diversificação antes mesmo da criação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, sendo que, em 2005, o produtor de tabaco já praticava a diversificação, mesmo sendo o tabaco a garantia de maior lucratividade. Werner observa que muitas barreiras precisam ser vencidas, pois, segundo ele, “há falta de conhecimento da realidade dos produtores de tabaco, o que dificulta a implementação de programas. Sem falar do mercado (colocação do produto) e da dispersão das atividades”.

Conforme estudo da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB (2012), do Paraná, nos primeiros anos de Convenção-Quadro havia a promessa de recursos para promover as mudanças da atividade fumageira por outra menos nociva à saúde humana, porém, até meados de 2011 os resultados com a diversificação nas propriedades foram inexpressivos. Entretanto, a partir do segundo semestre de 2011 começou a ser implantado o Programa de Diversificação nos três Estados do Sul, através da Chamada Pública patrocinada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

---

<sup>5</sup> Entrevista pessoal em fev/2014.

Evidentemente, alguns resultados práticos da Convenção-Quadro já podem ser notados, principalmente a proibição de fumar em ambientes públicos e fechados, a proibição de venda de cigarros a menores de idade e o aumento de impostos, iniciativas que, certamente, trarão redução da demanda e benefícios para a população em geral.

Percebe-se no discurso dos principais agentes locais (fumageiras, associações e sindicatos da produção de tabaco) que há uma forte resistência por parte dos produtores, podendo-se dizer cultural, em que os mesmos não aceitarão uma nova abordagem de diversificação produtiva, já que o tabaco lhes traria a garantia de maior lucratividade em relação a outras culturas. Os próprios agentes locais apresentam iniciativas tímidas em relação à promoção de diretrizes para o desenvolvimento regional e para a diversificação dos meios de vida.

Além disso, há poucas capacitações, orientações e acompanhamentos contínuos de suporte técnico para as novas culturas oriundas da diversificação produtiva. Entende-se que poderia existir um trabalho de apoio aos produtores para enfrentar qualquer dificuldade quanto à diversificação produtiva (envolvendo todas as etapas, do preparo do solo até a colheita e comercialização) como acontece na produção do tabaco com o Sistema Integrado de Produção de Tabaco – SIPT, com orientações e um trabalho de gestão comercial para exploração de novos mercados para essas novas culturas – poderíamos chamar de ‘projetos orientados à diversificação’.

As organizações voltadas para a produção do tabaco insistem em afirmar que o cultivo do tabaco é aquele que gera maior receita bruta para os produtores. Conforme observa-se na Figura 2, divulgada pela Revista *Sinditabaco News*, a receita obtida com o tabaco seria a mais lucrativa, porque as demais culturas não têm o mesmo rendimento anual que o tabaco.

**Figura 2 – Cultivo do tabaco em receita (percentual) e Receita bruta dos produtores de tabaco e por família (R\$)**



Fonte: Sinditabaco News, jan./mar. 2014.

Dados da AFUBRA (2014) contrapõem-se aos dados divulgados pelo Sinditabaco: na safra 1999/2000 o tabaco proporcionava um retorno de US\$ 360,91 a US\$ 454,57 por hectare. Como uma propriedade produtora de fumo no Brasil possui, em média, 18,5 hectares, dos quais 2,6 são ocupados para o plantio do tabaco, assim, a receita líquida média do tabaco, por família, foi estimada entre US\$ 938,37 e US\$ 1.181,88.

De acordo com as estimativas do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ao analisar o mesmo período, ao realizar a venda de produtos agroecológicos os pequenos agricultores associados à ECOVALE (Cooperativa Regional de Agricultores Familiares) apresentam um ganho médio anual de US\$ 1.560,00 (variação entre o mínimo de US\$ 312,00 e o máximo de US\$ 4.684,00).

Vargas e Bonato (2007), em estudos anteriores sobre estratégias de diversificação da cultura do tabaco na região do Vale do Rio Pardo, baseados em estimativas das receitas de pequenos agricultores engajados em atividades de produção agroecológica, demonstraram que tais atividades proporcionam alternativas viáveis ao cultivo do tabaco para os pequenos agricultores da região, em termos de rentabilidade, de comercialização e de financiamento da produção.

#### 4 A COOPERATIVA DE TABACOS JUJUY E O PERFIL DOS COOPERADOS

A Cooperativa de Tabaco Jujuy foi fundada em fevereiro de 1947 para a compra, processamento e comercialização de fumo Virgínia. Está localizada na cidade de Perico, província de Jujuy, Argentina. A área plantada de tabaco em 2011 foi de 19.600 hectares com uma produção anual que varia entre 42.000 e 49.000 toneladas de fumo. O resultado do exercício de 2011 foi de US\$ 2.228.371,00 (COOPERATIVA DE TABACOS JUJUY, 2012). A cooperativa é integrada por 2.275 produtores associados.

A distribuição fundiária apresentada na tabela 03 considerou os cooperados que possuem estrutura fundiária localizada na Província de Jujuy. Estes associados estão estabelecidos nos principais municípios da província, distribuindo-se da seguinte forma: 55,7% dos produtores associados possuem área de 5 a 15 hectares; 32,3% entre 20 a 50 hectares e somente 12% com área acima de 100 hectares.

**Tabela 03 – Produtores Associados da Cooperativa de Jujuy em 2012**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Hectares</b>	<b>%</b>
Pequenos Produtores	1267	5 a 15 ha	55,70
Médios Produtores	735	20 a 50 ha	32,30
Grandes Produtores	273	Acima de 100 ha	12,00
<b>Total</b>	<b>2275</b>		<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Relatório Anual da CTJ (2012).

A atuação da Cooperativa de Tabacos Jujuy contempla, em sua maioria, por produtores associados com pequena estrutura fundiária. Além desta característica, a cooperativa também possui uma parcela considerável de produtores associados de sua área de atuação, cultivo de tabaco. Conforme menciona o Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC, 2010), nos cinco principais municípios da Província de Jujuy (El Carmem, Monterico, Perico, São Pedro e San Antonio) existem 6.644 agricultores entre proprietários e arrendatários de áreas agrícolas.

A Cooperativa também presta serviços a seus cooperados, como a assistência técnica de campo, aquisição de insumos, beneficiamento da produção, transporte e comercialização da produção. Todos esses serviços são prestados para que o cooperado atinja maior produtividade e continue entregando a sua produção à cooperativa, mantendo uma relação de fidelidade. A região

tem uma forte característica de produção de cana-de-açúcar e cítricos, agregando valor através da industrialização de sucos e refinamento de açúcar (MAGyP - Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca, 2013).

A promoção pública da indústria do tabaco começou na Argentina em 1967, quando a Lei 17.175 foi promulgada, proporcionando ao tabaco a criação do Fundo de Tecnologia (FT). Este fundo foi criado com caráter transitório, para financiar um prêmio ao produtor – melhor preço na venda – e fazer planos especiais para tecnologia, pré-industrialização e promoção aos produtores (GIMÉNEZ, 2004). Ele foi introduzido a partir de uma relação estreita – administrativa e legal – entre o Estado e a indústria do tabaco, com o objetivo de estabilizar a produção em termos de preço e de qualidade. Em 1972 esta lei foi modificada e os artigos 22 a 31, sobre o Fundo Especial do Tabaco – FET – foram incorporados pelo Decreto Lei 19.800, que estabelece regras sobre a “Lei Nacional do Tabaco”, sancionada em 23 de agosto de 1972, que rege toda a atividade de tabaco no país, da produção à industrialização.

O Fundo Especial do Tabaco – FET – visa a alcançar a modernização, a conversão, a suplementação e a diversificação de áreas, que vai desde a produção de tabaco à toda cadeia industrial. Além disso, garante ao produtor um preço mais alto por fornecer um tabaco de alta qualidade.

O cálculo do FET é sobre 7% do preço total de venda ao público de cada carteira de cigarros (imposto do cigarro). Os recursos são alocados entre as províncias de acordo com a fórmula de cálculo do FET, ou seja, 80% são destinados ao apoio interno e são distribuídos entre os produtores via complemento no preço do tabaco, visando a contribuir para manter a produção e o emprego no setor, evitando baixa de preço. Os 20% restantes vão para planos de investimentos e de diversificação das províncias do tabaco.

Os valores destinados ao FET estão isentos de todos os impostos e outras taxas que podem corresponder tanto ao setor industrial como ao de distribuição. Estes recursos são destinados para ações como: a) soluções de problemas sociais e econômicos críticos das áreas de tabaco; b) melhorias na qualidade da produção do tabaco por vários meios, especialmente a obtenção, multiplicação e distribuição de sementes; e, c) estudos de culturas apropriadas ao solo e ao clima das regiões provinciais.

Para a utilização da verba destinada ao FET, o legislador juntamente com os governos provinciais, faz acordos sobre a melhor destinação destes valores, levando em conta as seguintes ordens de prioridade: a) pagamento aos agricultores (prêmio em espécie); b) auxiliar na melhoria das técnicas de produção através de agências nacionais e de pesquisas provinciais; c) incentivar sistemas de produção e de comercialização de cooperação entre os produtores de tabaco; e, d) promover a diversificação agrícola em áreas de tabaco.

Cada província é responsável por fazer uma reserva financeira dos recursos do FET, cujo valor é definido de acordo com o volume de tabaco produzido em cada região. Esta reserva serve como garantia ao pagamento do prêmio estabelecido na comercialização da produção a todos os produtores.

#### 4.1 Perfil dos Cooperados

Os produtores associados (pequenos, médios e grandes) acreditam no modelo de cooperação em função das vantagens econômicas e sociais obtidas e destacam as melhorias no seu meio de vida após a inserção no modelo cooperativo.

**Quadro 01 – Informações consolidadas do grupo de produtores da CTJ – 2013**

<b>Informações</b>	<b>Pequeno Produtor</b>	<b>Médio Produtor</b>	<b>Grande Produtor</b>
Hectares da propriedade	5 a 20 ha.	21 a 50 ha.	+ de 100 ha.
Faixa etária dos cooperados	53,85% de 41 a 60 anos	68,25% de 20 a 40 anos	56,72% de 41 a 60 anos
Grau de instrução cooperados	44,44% ens. fun. incomp.	35% ens. fun. incomp.	41,51% sup. completo
Principal atividade profissional	80,85% produtor rural	78,26% produtor rural	38,46% profis. liberal
Número de filhos	70,59% tem 3 filhos	50% tem 3 filhos	66,67% tem 2 filhos
Finalidade do financiamento	63,64% custeio	63,64% investimento	90,91% investimento
Tempo como cooperado	44% de 21 a 30 anos	47,51% de 21 a 30 anos	46,70% de 11 a 20 anos
Fontes de renda da propriedade	68,82% tabaco	51,05% tabaco	28,95% bovino de corte
Diversificação produtiva	17,05%	43,24%	85%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas entrevistas.

O quadro 01 consolida as informações dos três grupos de produtores da CTJ (pequeno, médio e grande). Verificou-se que os pequenos produtores se caracterizam por serem proprietários de pouca quantidade de terra, que possuem propriedades entre 5 a 20 hectares, sendo que 44,44% dos produtores analisados apresentam ensino fundamental incompleto, ou seja, pouca escolaridade e a maior parte, aproximadamente 81%, são produtores rurais por profissão. Quanto à sua diversificação produtiva, destaca-se que apenas 17,05% conseguem produzir produtos para o mercado em função da limitação de mão de obra e de recursos financeiros. Basicamente o que se produz na propriedade é para o autoconsumo ou, no caso de uma necessidade emergente, vendem produtos como ovos, leite, pão e bolachas para a vizinhança local.

Verificou-se também que 70,59% dos pequenos produtores possuem três filhos e 23,53% dois filhos, sendo que mais de 90% dos filhos permanecem no meio rural em função do meio de vida simples, do convívio com a família e da preferência em suceder os pais. Em torno de 44% dos pequenos produtores possuem tradição de associativismo por possuir mais de 31 anos de cooperação, mas ainda dependem em 70% da produção do tabaco para sua subsistência como principal fonte de renda.

Já o médio produtor caracteriza-se por propriedades com 21 a 50 hectares, sendo que 35% possuem ensino fundamental completo e 17,5% possuem ensino médio completo, demonstrando que mais de 50% dos médios produtores são alfabetizados e, desta forma, tem condições para conduzir e organizar sua propriedade com mais desempenho. Dentre os entrevistados deste segmento, 78% são produtores rurais por profissão e conseguem diversificar quase a metade da sua produção voltada para o mercado, ou seja, 43,24%, por dispor de mão de obra, recursos financeiros e terra. A

produção diversificada é ofertada para o mercado, para comércio de vizinhança e para o autoconsumo.

Também se verificou que 33,33% dos médios produtores possuem três filhos e 50% possui dois filhos, sendo que cerca de 70% dos filhos permanecem no meio rural seguindo a sucessão dos pais em função dos meios de vida, proximidade com a família, oportunidades de aplicar a teoria na prática (manuseio com a terra), benefícios financeiros e convívio simples. Dos entrevistados, 47% dos médios produtores possuem tradição de associativismo, pois são cooperados entre 21 a 30 anos. Os médios produtores ainda dependem em torno de 50% da produção do tabaco, comprovando que a diversificação produtiva permite reduzir a dependência deste cultivo.

Os grandes produtores são proprietários de terra acima de 100 hectares, sendo que mais de 41% possui curso superior e esta escolaridade se traduz em maior capacidade de gerenciar, de planejar e de conduzir sua propriedade com uma gestão de alto nível, ou seja, como uma empresa agrícola. Do mesmo modo, 38% dos grandes produtores são empresários rurais e 28,21% produtores rurais, sendo para ambos uma profissão com responsabilidade, direitos e deveres e a opção de “empreender o negócio” é uma tradição, passada de geração para geração. Além disso, 90% dos grandes produtores utilizam financiamento para aquisição de novos maquinários e/ou melhorias de infraestrutura da propriedade e mais de 46% dos produtores possuem tradição de associativismo por ter entre 11 a 20 anos de tempo como cooperado. Em função de o produtor perceber sua propriedade como uma empresa agrícola, o //“empreendimento cooperado”, ou seja, a associação à cooperativa, representa garantia de compra do seu produto (tabaco), de estabilidade e de renda, pois a sua diversificação produtiva é de 85% voltada para o mercado, reduzindo a dependência com a produção de tabaco, pois o mesmo representa apenas 15% do total da sua renda.

#### **4.2 Diversificação Produtiva dos Cooperados da CTJ**

A Cooperativa de Tabacos de Jujuy na tentativa de diversificar a produção oferece processamento de diferentes variedades de grãos (vários tipos de feijão branco e feijão preto) que são comercializados na região e no mercado internacional. Em 1982 começou a plantação de feijão pelos associados cooperados. Atualmente a cooperativa possui instalações para coleta e para processamento de legumes e de grãos, com 10.000m<sup>2</sup>, em uma área de quatro hectares. Os serviços realizados pela cooperativa são de recebimento, armazenamento e processamento de vegetais, de acordo com padrões internacionais e no desalfandegamento das mercadorias.

O feijão (poroto) é a segunda maior produção, depois do tabaco, da CTJ. O feijão é recebido de clientes; então é classificado por lugar de origem em sacos de 60 a 65 kg cada, ou em sacos (*big bags*) de 1.000 kg cada saco (campo natural). Em seguida, armazenado em *paletes*, que têm uma capacidade de 20 sacos cada um, pesando entre 1.100 e 1.200 kg. Este sistema assegura a sua conservação e transporte para o tempo de processamento.

A empresa possui máquinas com a mais recente tecnologia para a limpeza e seleção de grãos (vários tipos de feijão branco e preto). A máquina detecta paus, palhas, torrões, fios e pedras e após os grãos são passados por outra máquina para padronizar os tamanhos e separar os grãos defeituosos dos bons. Esta mesma máquina faz o polimento e seleção por cor e os grãos são classificados por tamanho e saco. As variedades de grãos que são processadas na cooperativa são: a) Porotos Blancos: Alubias, Redondo Imperio, Oval, Great Northern, Pallares, e; b) Porotos de Color: Canela, Cramberry, Bayo chileno, DRK (Dark Red Kidney), LRK (Light Red Kidney) e Poroto Negro.

A cooperativa desde 2010 vem ampliando suas pesquisas sobre o desenvolvimento de novas culturas – como cultivo de batata-doce com potencial para produção de biocombustível, citros, chás, etc. – desta forma a cooperativa procura aumentar sua gama de produtos com a diversificação produtiva e, ao mesmo tempo, ampliar as fontes de renda dos produtores cooperados da região Jujeña.

Outro objetivo deste estudo da cooperativa é buscar 100% de aproveitamento da infraestrutura existente da cooperativa, como a mão de obra qualificada efetiva e contratada, equipamentos e maquinários, assistência técnica, armazéns, silos, etc., fruto dos investimentos realizados ao longo de sua existência, além da preocupação social, econômica e ambiental local/regional em que seus cooperados estão inseridos.

Verifica-se na figura 3 que os produtores cooperados realizam em sua propriedade a diversificação produtiva de acordo com seus recursos disponíveis (terra + mão de obra + capital), sendo que o grande produtor consegue diversificar sua produção com a introdução de outras atividades em torno de 85%, por possuir em maior quantidade ou ter facilidade de obtenção dos recursos necessários para todas as etapas da produção.

Já o médio produtor consegue diversificar sua propriedade em torno de 50%, por ter recursos moderados. Por último, o pequeno produtor tem limitações de recursos para fazer a diversificação produtiva, conseguindo realizar a diversificação somente em 20%, podendo-se dizer que faz para seu autoconsumo, sendo que eventualmente comercializa alguns derivados de leite (nata, queijo e leite), ovos e pães, para ganhar um dinheiro extra para compra de outras mercadorias não produzidas na propriedade.

**Figura 3 - Capacidade de diversificação produtiva do pequeno, médio e grande produtor cooperado da CTJ (2013)**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da entrevista de campo (2013).

Assim, pode-se inferir que há um paradoxo: os que mais necessitam ter acesso à diversificação produtiva (pequenos produtores) são os que menos apresentam as condições e recursos necessários (terra, capital e mão de obra) para promover a diversificação da produção (DEPONTI e SCHNEIDER, 2013). Os cooperados pequenos produtores são os que apresentam as seguintes características, comparativamente: menor extensão de terras, menor escolaridade, maior tempo de associação, maior autoconsumo e maior dependência do tabaco enquanto fonte de ingresso de recursos financeiros (70%), ou seja, são os que apresentam maior dificuldade de implantação de alternativas de diversificação produtiva para o mercado. Os grandes produtores são aqueles que se caracterizam por maiores extensões de terra, maior escolaridade, maior diversificação produtiva (bovinos de corte, cana de açúcar, soja, trigo, milho) e maior inserção aos mercados. Destaca-se que, embora a diversificação produtiva voltada para o mercado dos pequenos produtores seja pequena, eles apresentam produção para o autoconsumo e ainda praticam a venda direta para vizinhos e redondezas, caracterizando-os como agricultores familiares nos moldes brasileiros.

A diversificação acontece nos três grupos de produtores (pequeno, médio e grande), porém, em níveis distintos: o pequeno diversifica basicamente para o autoconsumo, o médio e o grande diversificam para o mercado em escalas maiores por disporem de mais recursos (financeiros, mão de obra e tecnologia) e, principalmente, terra. Pode-se afirmar, portanto, que quanto maior a diversificação produtiva menor a dependência do produtor do tabaco e, através da cooperativa agroindustrial os produtores obtêm ganhos coletivos na compra de insumos, na garantia de venda do seu produto (mercado) e na geração de emprego e de renda.

### 4.3 As Contribuições da Cooperativa Jujuy para o VRP

Como contribuição da experiência da Cooperativa Jujuy para o VRP destaca-se a possibilidade da implantação de cooperativas agroindustriais formadas e geridas por produtores (pequenos, médios e grandes), com uma estrutura enxuta de funcionários e de gestores, contratando funcionários com conhecimento do mercado por terem trabalhado vários anos em empresas privadas deste ramo. Muitos desses trabalhadores estão disponíveis no mercado de trabalho, em função da automatização das operações e pelas políticas de redução de custo dos grandes oligopólios (fumageiras). Este modelo cooperativista apontaria para a inclusão de pessoas em toda a cadeia produtiva e a cooperativa agroindustrial de tabaco aproveitaria a tradição da região, o *know how* dos produtores sobre o cultivo do tabaco, a existência de mercado e a demanda pelo produto em cadeia nacional e internacional.

Ainda o cooperativismo agroindustrial permite ao produtor ser empregado e empregador ao mesmo tempo, da mesma forma que toma conhecimentos dos direitos e dos deveres de ambos. Outro fator importante desta alternativa é a transparência da gestão a todos seus associados e a comunidade em geral, pela divulgação dos seus números financeiros, via balanço anual e pelas auditorias externas que dão credibilidade e autenticidade aos dados apresentados.

A diversificação da produção poderia ser inserida de acordo com as características da região, considerando questões relativas ao rendimento, à mão de obra, ao mercado, à demanda, à orientação técnica, ao clima, etc. Pelos resultados da CTJ pode-se concluir que um sistema agroindustrial aliado à diversificação da produção permite a redução da dependência da produção do tabaco. No entanto, embora se verifique que a diversificação voltada para o mercado se torna mais atrativa para médios e grandes produtores, a diversificação da produção para pequenos produtores consolida-se quando voltada à subsistência e aos mercados locais. Assim, salienta-se que, para o caso do VRP, esta opção poderia representar uma alternativa de desenvolvimento regional porque se configuraria em um conjunto de práticas capazes de garantir a apropriação dos resultados pelos atores sociais.

Uma cooperativa com estas especificidades para o VRP precisaria do apoio das principais autoridades governamentais para promoção de políticas públicas para a 'cultura do tabaco com diversificação produtiva', que poderiam seguir o exemplo da Lei do Fundo Especial do Tabaco (FET) existente na Argentina, conforme destacado anteriormente. Além disso, necessitaria a realização de um trabalho organizado para fomentar e para prover a formação dos gestores, a conscientização dos associados e a inclusão de questões relacionadas a políticas específicas de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Ademais, no caso da CTJ, a gestão do negócio cooperativo está atrelada a processos de transparência perante a sociedade representada por auditorias externas e por publicação de resultados.

O desenvolvimento de uma região é um processo resultante da ação organizada de seus atores e instituições, que, historicamente, constroem alternativas de geração de trabalho e renda com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população. Nesse sentido, o cooperativismo agroindustrial representa um agente de viabilização econômica e de inserção no mercado, ou seja,

uma forma de sobrevivência e de potencial resposta ao processo de exclusão e de desigualdade econômica e social.

Desta forma, entende-se que a ideia de um modelo cooperativo para a cadeia do tabaco no VRP não pode ser negligenciada. Cabe acrescentar que, nos atuais debates entre as organizações nacionais e mundiais de cooperativismo, está presente uma reanálise do processo de tomada de decisão. Um sistema cooperativo, não limitado à produção agrícola, mas extensivo ao beneficiamento e à comercialização do produto beneficiado, poderia configurar este conjunto de práticas capazes de garantir a apropriação dos resultados pelos atores sociais e a permanência destes no território do VRP e nas demais escalas de extensão do 'território do tabaco'.

Deste modo, pode-se afirmar que a contribuição de uma cooperativa agroindustrial para o VRP iria além da redução da pobreza, da geração de trabalho, de emprego, de renda e da integração social, visto que ultrapassaria as fronteiras do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados da CTJ infere-se que um sistema agroindustrial aliado à diversificação da produção permite a redução da dependência da produção do tabaco. Salienta-se que para o Vale do Rio Pardo esta opção poderia representar uma alternativa de desenvolvimento regional porque se configuraria em um conjunto de práticas capazes de garantir a apropriação dos resultados pelos atores sociais.

Pode-se afirmar que é possível encontrar no cooperativismo agroindustrial uma alternativa para viabilizar a transição de um modelo de desenvolvimento dependente da cadeia produtiva do tabaco para um modelo de desenvolvimento regional, pois esta alternativa para o VRP iria além da redução da pobreza, da geração de trabalho, de emprego, de renda e da integração social, visto que ultrapassaria as fronteiras do desenvolvimento econômico e social da região.

Porém, será necessário um trabalho voltado à mudança cultural dos produtores, sociedade e demais atores locais que estão habituados – ou porque não dizer 'viciados' – com a produção integrada de tabaco existente há décadas na região. Este trabalho deverá demonstrar os potenciais benefícios, ganhos e riscos que uma cooperativa pode trazer para os produtores, associados e região, bem como prováveis transformações no cenário econômico, social e ambiental que esta atividade pode proporcionar para uma região.

É importante ressaltar que este estudo buscou demonstrar por meio do exemplo do cooperativismo que existe alternativa para migrar do atual modelo de produção totalmente monopolizado por grandes oligopólios transnacionais, para um 'modelo local', controlado por seus associados (produtores). Isto não significa que o cooperativismo seja imune a falhas, porém o seu exemplo retrata com constância que ainda há alternativas que priorizam outros aspectos de desenvolvimento além do econômico.

Enfim, ao se enfatizar as ações dos atores sobre seu espaço, a identidade destes para com o espaço vivido, apropriado, o sentimento de pertença, a busca por um protagonismo maior nas

ações em seu território, está tratando-se de processos de desenvolvimento regional. Tais processos incluem ações, mecanismos, estratégias e políticas desencadeadas por atores locais/regionais que formam uma territorialidade, criam uma nova escala de poder e de gestão, através de novos usos políticos e econômicos do território. Uma cooperativa agroindustrial que contemple a diversificação produtiva como estratégia de gestão para o VRP consistiria em uma alternativa sustentável para região, além da valorização dos principais atores da cadeia produtiva do tabaco, os produtores rurais.

Destaca-se como sugestão para novos estudos uma análise mais profunda das questões relativas às necessidades de políticas públicas regionais e de modelos de distribuição de recursos justos que atendam a um maior número de municípios que cultivam e dependem da produção de tabaco. Ao observar a política do MDA para a redução das áreas cultivadas de tabacos, resultante da Convenção-Quadro, existente desde 2005, verifica-se que as verbas liberadas se restringem aos municípios com problemas de alta dependência de tabaco, acima de 80% e alto índice de pobreza (IDH), ou seja, alta vulnerabilidade social. No entanto, questiona-se se outras regiões como é o caso do VRP não deveriam ser contempladas, considerando que a Convenção Quadro já completa 10 anos de existência.

Um modelo cooperativo agroindustrial de pequenos agricultores, em que os mesmos agirão como empresários, com autonomia decisória, realizando a produção e a venda do tabaco beneficiado, obtendo diretamente os lucros da comercialização de tabaco e empregando-os no VRP, poderá contribuir não apenas para sustentar a cultura enquanto durar o consumo e o cultivo de tabaco no mundo, mas também para além da cultura, autodeterminando novos caminhos para o desenvolvimento sustentável da região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. Dados sobre a fumicultura. Anos 2011 a 2014. Disponível em: < <http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 14 de fev. 2014.

BASSAN, D. S., SIEDENBERG, D. R. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo*. Redes - Revista do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNISC. Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 121 - 150, jan./abr. 2003.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil. Brasília, 2010.

COOPERATIVA DE TABACOS DE JUJUY. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.ctj.com.ar/Empresa/Historia.aspx>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

CUNHA, Jorge L. *Os Colonos Alemães e a fumicultura*: Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul 1848-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

DECRETO Nº 5.658/2006. *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm)>. Acesso em: 10 out. 2013.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

FEE. *FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

IBGE. *INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

- LIMA, R. G. de. *Práticas alternativas e convencionais na cultura de fumo estufa: estudo de casos*. 2000. 388 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.
- MACKAY, J.; ERIKSEN, M.P. *The tobacco atlas*. Geneva: World Health Organization, 2002.
- MONTALI, Lilia T. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. 1979. 167 f. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1979.
- REVISTA SINDITABACO NEWS. SINDITABACO. *Edição de Jan/Mar, 2014*. In: <<http://sinditabaco.com.br/sinditabaco-news-janeirofevereiromarco-2014>> Acesso em: 15 de fev. 2014.
- RUDNICKI, C. *As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54520/000856395.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 nov. 2012.
- SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural do Paraná. *Fumo - Análise da Conjuntura Agropecuária* - Outubro de 2012.
- SINDITABACO. SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO. Site da entidade. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- SOUZA CRUZ. Site da entidade. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- SPIES, R. S. *O impacto de uma variação na demanda regional final sobre a economia do Vale do Rio Pardo - RS*. Estudos do CEPE - Revista do departamento de ciências econômicas da UNISC, Santa Cruz do Sul, n. 5, p. 95 - 115, jan./jun. 1997
- VARGAS, M. A.; CAMPOS, R.R. *Crop Substitution and Diversification Strategies: Empirical Evidence from Selected Brazilian Municipalities*, HNP Discussion Paper, Economics of Tobacco Control Paper, No. 28, The World Bank, Washington DC, 2005.